

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 680/72

Aprovado em 22/05/1972

Confirmam-se os Pareceres CEE N° 102 e 261/72 que autorizaram a instalação e funcionamento da Faculdade de Administração de Empresas, mantida pela Fundação Educacional de Jahu.

PROCESSO: CEE N° 767/70

INTERESSADO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE JAHU CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU

RELATOR: Conselheiro WLADEMIR PEREIRA

HISTÓRICO:

A Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, Dr^a. Esther de Figueiredo Ferraz, usando do direito que lhe confere o artigo 9° e parágrafo 1° da Lei n° 10.403, de 6 de Julho de 1971, vetou os pareceres n°s. 102/72 e 261/72, que autorizaram a instalação de uma Faculdade de Administração de Empresas em Jahu.

Fundamentou seu veto "nos votos vencidos proferidos pelos ilustres senhores conselheiros que divergiram das conclusões neles aprovadas", "bem como no voto que teve oportunidade de emitir no Conselho Federal de Educação, e que foi anexado ao ofício em que Sua Excelência comunicou a esse Egrégio Conselho Estadual de Educação a sua decisão.

Vamos analisar os fundamentos do veto. Eles foram ali cercados num estudo do IPE, sob patrocínio da Secretaria da Economia e Planejamento, realizado em 1968.

FUNDAMENTAÇÃO:

Nesse trabalho foram cometidos alguns enganos que agora foram sanados, num estudo da mesma Secretaria, intitulado "Ensino Superior em São Paulo - 1970", e do qual foram entregues a este Conselho vários exemplares,

A página 28, desta última publicação, em Ramos e Cursos, são dados como existentes no Estado de São Paulo, em 1970, 23 Faculdades de Administração de Empresas e não 47. O que ocorreu anteriormente foi inadvertidamente a soma de cursos de administração de empresas (23) com os de economia (24) dando o total de 47.

Ora, quem como nós participa do ensino superior, nesse setor, sabe que há diferenças essenciais entre Faculdades de Administração de Empresas e Faculdades de Ciências Econômicas e Administrativas, não só quanto aos currículos mas também quanto ao preparo profissional e a filosofia que rege os dois tipos de estabelecimento.

Por outro lado, parece-nos que o fato da matrícula nos cursos de economia e de administração de empresas ser a segunda após em 1968, não oferece importância maior do ponto de vista da realidade e da análise estatística.

Sob o ponto de vista da realidade, duas coisas de naturezas diferentes foram somadas. E tanto isso é verdade que dois anos após, em 1970, a situação era bem diferente. Como provam os dados da publicação já citada, verifica-se que as matrículas em direito eram em número de 28.885, em pedagogia de 10.715, em letras de 13.047, em medicina de 6.428, em economia de 6.321, todas maiores que as de administração de empresas.

Do ponto de vista da análise estatística, a pouca importância do fato decorre do seguinte: as matrículas em direito são em maior número pela existência de maior número de faculdades de direito. Quem poderia dizer que as matrículas em direito não dobrariam se aumentassem as vagas nessas faculdades? Temos a convicção de que se maior fosse o número de faculdades de medicina, esse curso se tornaria rapidamente a 1ª opção.

Tem-se afirmado que as opções no Brasil, não estão diretamente relacionadas com a demanda de profissionais nos diversos setores mas são determinadas pelo pouco rigor com que funcionam, com raras exceções, as faculdades. Somada como afirmação geral poder-se-ia aceitar, em alguns casos, a asserção como verdadeira. Mas na maioria dos casos, e em particular para administração de empresas que é um curso de natureza técnica, ela não resiste a uma análise mais rigorosa.

Ensina-nos o notável sociólogo William Goode que a analogia é o mais elementar e o menos recomendável processo científico. Mas nem a ela resistiria esse argumento. Será que em São Paulo cerca de 12.000 estudantes concorrem ao vestibular de medicina porque o curso funciona com pouco rigor, ou cerca de 30.000 procuram direito, ou 7.000 as faculdades de engenharia, pelo motivo acima assinalado? Ou será que se matriculam 30.000 em direito, 6.000 em economia, 5.000 em administração de empresas, porque nesses ramos há mais escolas e o número de vagas permite essas matrículas que apesar de tudo continuam insuficientes? Será que se houvesse mais faculdades de medicina, de engenharia, de direito, de economia, a matrícula não seria muito maior em cada uma delas?.

Tem-se ainda, nesse problema de ensino superior, adotado outra tese respeitável, mas que como homem habituado ao trato com as ciências humanas não aceitamos. Referimo-nos a tese de que o mercado de trabalho deve ser a determinante da criação de faculdades. Esse ente econômico, eminentemente "abstrato" ainda entre nós, pois

que dele não conhecemos sequer os indicadores, se coloca na posição de causa e a escola de efeito, num determinismo imperdoável nas ciências sociais.

Supõe-se, mas nada se faz para provar, que um mercado de trabalho esta saturado (e essa e outra palavra muito a gosto dos que querem dizer não) e isso é suficiente para se proibir o funcionamento de uma faculdade. Nem de leve se admite que nossa filosofia devida se assenta no livre arbítrio, e que há uma tese tão importante como a anterior que afirma que o ideal seriam tantas escolas, de quais quer níveis de ensino, que cada um pudesse "buscar vagas onde quisesse o escolher a melhor delas. É essa pelo menos a tese dos Governos Federal e Estadual, e ela se baseia num fato sobejamente comprovado para muitos e que e o seguinte: no dia em que realmente o número de faculdades for suficiente para atender à procura, o quantitativo cederá lugar ao qualitativo e a seleção natural fará que só as melhores continuem. E os exemplos estão aí a justificar esse ponto de vista.

Quanto a visão de Armando Salles de Oliveira, esse homem público que se colocou vários anos à frente de sua época, apoiado por um meu ex-colega do curso de ciências sociais da USP, de quem me recordo sempre com muito orgulho e carinhosa saudade,, o extraordinário Secretário da Fazenda, Dr. Clovis Marcelo Leite Ribeiro, criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e a USP, apareceram os que discordavam.

Os mesmos surrados argumentos, vestidos com outras cores, foram usados para criticá-lo alegando gastos desnecessários e excessivos, em cursos para os quais não havia mercado de trabalho. O que, no entretanto, esses cursos representaram para o desenvolvimento técnico, econômico, cultural e social de São Paulo, como investimento de alta rentabilidade, num efeito multiplicativo a justificar Keynes, só nós, talvez, daquela geração de estudantes, podemos avaliar, No início "caçavam-se" candidatos para frequentarem esses cursos.

Hoje, quando a procura ó enorme e a luta pela vaga na Faculdade chega até à violência, quando a filosofia idealista cedeu lugar ao pragmatismo, os mesmos argumentos procuram impedir que novas escolas deem a todos as mesmas oportunidades. Ainda se intenta fazer da escola, limitando seu número e condicionando o seu aproveitamento a uma falsa concepção de causa e efeito, um privilegio de alguns.

A tese de novas Faculdades, até que a oferta e a procura de escolas do ensino superior se equilibrem, baseada em que o de desenvolvimento do país necessita cada vez mais de recursos humanos melhores, para aceleração de seu ritmo, encontra forte apoio em modernos economistas da educação. Entre outros poderíamos citar J. Vaizey, A. D. Chossyas, C. E. Beeby e F. Harbison,

Este último, no seu livro "Planificction de L'éducation et Développement des Ressources Hunaines". publicado pela UNESCO diz, no capítulo sobre a elaboração de uma estratégia para a educação:

"Instrução e educação são duos coisas diferentes, e a escolha entre a quantidade e a qualidade surge em todos os graus do sistema de ensino, Na maioria das Universidades da América Latina, por exemplo, encontram-se professoras e estudantes em tempo parcial, laboratórios e bibliotecas pobrementemente equipados, tudo isso por falta de recursos.

Essas universidades dispensam um ensinamento barato, um ensinamento de massa, e pode ser essa atualmente a boa solução nesses países. Mas existe um outro gênero de ensino universitário, que visa à excelência e requer professores e estudantes em tempo integral, laboratórios bem equipados e bibliotecas muito boas. A questão é saber qual equilíbrio se deseja estabelecer entre esses dois gêneros de ensino superior, porque não se pode ter ao mesmo tempo a qualidade e a quantidade.

A exigência do público, cada vez mais desejoso de ensino superior, impõe quase que politicamente a necessidade de sacrificar a qualidade à quantidade."

Ao defender a necessidade de escolas de quaisquer graus, e apoiando essa tese, esse admirável economista Joelmir Beting disse que "urge, no caso brasileiro, que a taxa de formação do potencial humano seja superior aos índices de crescimento econômicos".

A educação, afirmam os partidários desse ponto de vista, é encarada na teoria econômica moderna como bem de capital e não mais como bem de consumo: "espécie de maquina operatriz que transforma a matéria-prima chamada gente em um produto final e bem acabado chamado civilização moderna".

O desenvolvimento é processo complexo, para o qual concorrem fatores sociais, educacionais, políticos, tecnológicos, econômicos, morais e sentimentais, entre outros. Quando se consegue dar o impulso inicial, para se fugir ao círculo vicioso da miséria de que nos fala Gunnar Mydall, se o fator educacional, principalmente, não for liberado, funcionara como elemento de freagem e retardamento do processo. Apesar do crescimento firme e ponderável de nossa economia, nesses últimos 5 anos, ainda somos 28 milhões de brasileiros e 35 milhões de brasileiros, de todas as idades, consumindo bens e serviços segundo o figurino da chamada sociedade de consumo. Os restantes 60 milhões de pessoas - quase dois terços da população brasileira esses simplesmente vegetam na economia de trocas ou na economia de subsistência, pura e simples".

E do que aprendemos, na magnífica aula que nos deu na

Faculdade de Economia e administração da USP, com o Prof. Dr. José Bonifácio de Andrade e Silva Jardim, há uma formula geral do conhecimento ($C = U + T + G$) que compreende utilidade, técnica e formação geral que deve ser harmoniosamente desenvolvida. Até há pouco só a parcela G. formação geral, foi desenvolvida, e assim mesmo pessimamente, provocando retardamentos profundos no desenvolvimento como um todo e nos legende o triste herança de 12,7% da população frequentando o curso primário, apenas 3.8% frequentando o ensino médio e 0,4% no ensino superior- Conseguimos - 6 sempre bom salientar - nos últimos 4 anos, duplicar nesse população universitária o que representa uma revolução no sistema, mas estamos ainda muito longe do mínimo satisfatório. Há necessidade ainda de muitas faculdades, principalmente de ensino técnico.

A tese prudente e correta do Egrégio Conselho Estadual de Educação não se inclina para nenhum extremo: não aceita que a causa determinante da criação de faculdades seja apenas o mercado de trabalho, e sempre se rebela, unanimemente, contra a criação indiscriminada de escolas, contra os minicursos o principalmente contra as faculdades de "week-end". Haveria nisso alguma rebeldia contra uma filosofia de quantidade admitida hoje no país? Absolutamente não, já que o que caracteriza o Egrégio Conselho Estadual de Educação e a luta sem tréguas para o engrandecimento do Brasil e de São Paulo, Ele está rigorosamente dentro da linha do desenvolvimento; só que sabe que no Estado de São Paulo já se pode exigir, intransigentemente, "também, qualidade.

E é absolutamente nessa linha de conduta que esse Conselho autorizou o funcionamento da Faculdade de Administração de Empresas de Jahu. A comprovação disso encontramos nas palavras do nobre Conselheiro Professor Laerte Ramos de Carvalho ao justificar seu voto a favor. Na sua manifestação o eminente educador paulista pôs em relevo o trabalho sério e eficiente que a Fundação Educacional de Jahu vem realizando a favor do ensino superior.

A preocupação de alguns com a sobrecarga que a Faculdade de Administração de Empresas poderia representar para a Prefeitura municipal, também não se justifica no caso presente. Estatísticas das subvenções da Prefeitura Municipal à Fundação Educacional de Jahu demonstram isso. A subvenção do Cr\$ 208.600,00, em 1969 decresceu para Cr\$ 171.000,00 em 1971 e Cr\$ 104.680,00 em 1972.

A reforçar essa argumentação diz o Professor Olavo Baptista Filho, em parecer subscrito por todos os membros das Câmaras do Ensino do 1º e 2º Graus: "no caso particular de Jahu, evidencia o processo que o município tem despendido mais do que 20% da receita tributária com o ensino primário".

E continuando: "sabe-se também que o Estado mantém lá boa rede escolar de 1º e 2º Grau e que dentre dos conceitos atuais atende as necessidades da infância e da juventude locais."

Além disso a Faculdade de administração de Empresas atende também à filosofia de interiorização do desenvolvimento, do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Laudo Natel, que ainda há poucos dias afirmou:

"A necessidade de administradores públicos e privados tornou-se cada vez mais importante; de certa forma os administradores de uma sociedade aberta confundem-se com a própria necessidade de planejamento. como meio de desenvolver ordenadamente o sistema econômico social. Para chegar-se a resultados objetivos, é necessária a criação de empregos, de forma a fixar o homem em suas regiões de origem".

Lemos com atenção o brilhante, claro e preciso, e impecável na sua fundamentação filosófica, voto da Excelentíssima Senhora Secretária da Educação no CFE, contrário à instalação de uma Faculdade de Administração de Empresas em Itapetininga. Nele fomos buscar precioso reforço a nossa convicção favorável à Faculdade de administração de Empresas de Jahu.

Diz sua Excelência que os cursos de Economia e Administração de Empresas vieram atender a uma premente necessidade socioeconômica com níveis salariais razoáveis o grande procura. Sua Excelência, no caso específico, só votou contra "porque não tem sentido a existência de Faculdades de Economia e administração de Empresas em regiões pouco desenvolvidas ou naquelas cujo desenvolvimento depende de outros centros de dominância socioeconômica.

Estatísticas da Secretaria da Economia e Planejamento indicam que Jahu a região onde se localiza apresentam altos índices de desenvolvimento, carecendo, portanto, de técnicos habilitados "que possam orientar lógica e ordenadamente os investimentos do empresário". No Diagnóstico da 7ª Região administrativa, da Secretaria de Economia e Planejamento, lê-se: "Observa-se que o maior índice de consumo registrou-se na sub-região de Jahu, em parte devido à elevada taxa de urbanização observada, e conseqüente expansão da indústria e comércio".

Também a filosofia de interiorização fica atendida e essa é uma atitude sábia de um governo bem intencionado. As áreas de industrialização do Estado se transformaram em áreas de hiperconcentração demográfica e passaram a apresentar problemas graves quase que insolúveis. Veja-se o exemplo de São Paulo; passou em poucos anos de cidade a metrópole, de metrópole a megalópoles e hoje é necrópole, pois seu organismo apresenta partes ponderáveis em deterioração, pelo não funcionamento de órgãos e serviços fundamentais.

Quando da discussão, neste Conselho, da aplicação de

verbas pela Secretaria da Educação visando à promoção do desenvolvimento do Vale do Ribeira, tecemos merecidos elogios aos Exm^o. Sr. Governador do Estado, Dr. Laudo Natel e a. Exm^a Sra. Secretária da Educação, pela firme disposição de eliminar a miséria de uma vasta área do Estado, dando a todos seus habitantes o direito sagrado do bem-estar material e social.

Não podemos agora recusar a Jahu, diante das condições apresentadas de gente que está realizando coisa séria no setor do ensino superior, e que tem condições de continuar realizando, o direito de maior desenvolvimento, com a criação da Faculdade de Administração de Empresas. Estaremos com isso beneficiando todo o Estado de São Paulo.

Alongamo-nos, talvez excessivamente, na defesa de nosso ponto de vista, que também o é do Conselho Estadual de Educação, pelos pareceres 102/72 e 261/72.

Nosso entusiasmo, que é tão grande e sincero como o da causa que defendemos, é que justifica o tempo que tomamos dos nobres Conselheiros;

Com todo respeito que a opinião da Excelentíssima Senhora Secretária da Educação nos merece, solicitamos a Vs. Excelências a manutenção dos Pareceres 102/72 e 261/72, rejeitando o veto que opôs aos mesmos.

São Paulo, 14 de maio de 1972.

a) Conselheiro Wladimir Pereira - Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do VOTO do nobre Conselheiro Wladimir Pereira.

Presentes os nobres Conselheiros: Pe. Ademar Moreira, Amélia A. Domingues de Castro, Laerte Ramos de Carvalho, Luiz Cantanhede de C. A. Filho, Luiz Ferreira Martins, Moacyr E. Vaz Guimarães, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Wladimir Pereira.

a) Conselheiro Paulo Gomes Romeo - Presidente

Aprovado por maioria na
423^a Sessão Plenária do
CEE.

Sala Carlos Pasquale, aos 22 de maio de 1972.

Alpínolo Lopes Casali Presidente